



1 **ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – COU, DA**
2 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR.** Aos 10 (dez) dias do mês
3 de novembro de 2016, reuniram-se os membros do Conselho Universitário - COU,
4 no Auditório do *Campus* de Campo Mourão, conforme lista de presenças em anexo,
5 para deliberar sobre a seguinte pauta, prevista na convocação de 31 (trinta e um) de
6 outubro de 2016: **Expediente: 1. Aprovação da ata da 2ª Sessão do COU de 2016;**
7 **2. Comunicações. Ordem do dia: 4. Constituição das Câmaras do Conselho**
8 **Universitário; 5. Deliberação sobre suspensão do Calendário Acadêmico 2016;**
9 **6. Homologação do resultado da Consulta Acadêmica visando a escolha do**
10 **reitor e vice reitor da Unespar (Processo nº 14.287.521-7); 7. Manifestação do**
11 **Conselho Universitário sobre preenchimento de vagas remanescentes nos**
12 **Conselhos Superiores - CEPE e COU; 8. Definição do vínculo acadêmico da**
13 **Escola Superior de Segurança Pública da APMG com a Unespar, previsto no**
14 **artigo 6º da Lei 17.590, de 12 de junho de 2013 (Processo nº 14.322.337-0); 9.**
15 **Deliberação/aprovação da Programação Orçamentária 2017 da Unespar**
16 **(Processo nº 14.321. 646-2); 10. Deliberação/aprovação do Plano Anual de**
17 **Atividades da Unespar para 2017 (Processo nº 14.321.647-0); 11. Manifestação**
18 **do COU sobre procedimento para convocação de Processo Estatuinte; 12.**
19 **Aprovação do Calendário de Reuniões do Conselho Universitário para o ano**
20 **de 2017.** A sessão iniciou às 9:25 (nove horas e vinte e cinco minutos), com a posse
21 dos conselheiros eleitos e uma breve explanação sobre a função dos conselhos na
22 Universidade. Em seguida, passou-se à leitura da pauta. Em discussão, a professora
23 Ana Paula Colavite solicitou inclusão de pauta referente à deliberação e possível
24 emissão de Moção de Repúdio relativos aos atos discriminatórios em consequência
25 da ocupação do *campus* de Campo Mourão. A conselheira Sônia Tramujas
26 Vasconcelos apresentou proposta para inverter os itens 6 e 8 da pauta, o que foi
27 aprovado pelo conselho. Sem mais manifestações e, em votação, a pauta foi
28 aprovada por unanimidade. **Item 2. Aprovação da ata da 2ª sessão.** O conselheiro
29 Renan Bandeirante manifestou-se no sentido de que não se sente à vontade para
30 aprovar a ata de uma sessão da qual ele não participou e que se abtém de votar.
31 Sem mais manifestações e, em votação, a ata foi aprovada com 15 votos e 28

32 abstenções de conselheiros que acompanharam a justificativa do conselheiro Renan
33 Bandeirante. Em seguida, houve um pronunciamento do estudante Guilherme, do
34 curso de Pedagogia do *campus* de Campo Mourão, que fez uma breve
35 contextualização do movimento de ocupação, relatando algumas situações de
36 constrangimento e atos discriminatórios e manifestou o apoio ao movimento dos
37 estudantes do *campus* de Paranaguá. O estudante, em nome do movimento de
38 ocupação, solicitou a suspensão do calendário acadêmico e participação do
39 movimento discente na aprovação do calendário de 2017. Após, houve uma
40 apresentação da Chefe de Gabinete, professora Edinéia Navarro, sobre o
41 funcionamento do COU e vagas remanescentes no conselho, bem como foi
42 apresentado o calendário de atividades da reitoria, dos anos de 2016 e 2017. O pró-
43 reitor de Ensino de Graduação, professor Mário Cândido de Athayde Junior deu as
44 boas vindas aos conselheiros, reiterando sua opinião sobre o crescimento e a
45 importância da Unespar no estado. O Tenente Coronel Mauro Celso Monteiro
46 Monteiro fez uma breve explanação sobre o funcionamento da Academia da Polícia
47 Militar do Guatupê, dos cursos existentes e os que estão sendo planejados. O
48 conselheiro Valdir Anhucci solicitou registro em ata sobre o pedido feito em maio de
49 2015, quanto ao relatório das viagens de docentes para apresentação de trabalhos
50 nacionais e internacionais, fazendo a leitura do mesmo. O mesmo conselheiro
51 justificou a solicitação do registro em ata, pois entendeu que a resposta fornecida
52 pela Pró-reitoria de Administração e Finanças – PRAF, não foi satisfatória, uma vez
53 que nela não consta os números dos editais e nem os protocolos dos pedidos dos
54 professores. O presidente da mesa solicitou que a resposta seja refeita, após retorno
55 do processo para despacho no gabinete. O conselheiro Renan Bandeirante
56 parabenizou os conselheiros eleitos e lembrou que estamos vivenciando processos
57 políticos internos e que todos os tipos de posicionamentos políticos devem ser
58 respeitados. O conselheiro falou sobre o movimento estudantil e que sente-se no
59 direito de dizer que o mesmo tem autonomia para suas ações e, ainda, que os
60 professores devem respeitar essa autonomia e suas manifestações, uma vez que os
61 estudantes são parte da universidade. O conselheiro finalizou sua fala ao afirmar
62 que “ o movimento estudantil é independente e possui pauta própria e legítima.” A
63 conselheira Janaina Michels, membro discente do *campus* de União da Vitória, fez
64 um breve relato sobre a ocupação no referido *campus* e sobre atos e falas de alguns
65 professores que estão disseminando a discórdia e violência entre estudantes. A
66 conselheira fez um pedido de reflexão sobre a legitimidade e necessidade do

67 movimento de ocupação dos estudantes. O presidente fez a leitura das justificativas
68 de faltas enviadas à Assessoria dos Conselhos Superiores. **Ordem do dia. Item 4.**
69 **Constituição das Câmaras do COU.** O presidente fez a leitura do artigo 11 da
70 Resolução 005/2014 que trata da composição das câmaras do COU. O pró-reitor
71 Mário Cândido de Athayde Junior encaminhou à mesa pedido de esclarecimento se
72 somente serão candidatos os que estiverem presentes na reunião. O presidente da
73 mesa esclareceu que não há nenhuma disposição regimental que trata do assunto,
74 mas que pode ser candidato somente o conselheiro que seja titular. O pró-reitor
75 Mário Athayde, com a palavra, explicou aos conselheiros que houve uma pré-
76 sondagem de alguns conselheiros para a composição da Câmara de Ensino,
77 procurando contemplar todas as áreas do conhecimento da Unespar e apresentou
78 uma proposta de constituição, sendo: professor Samon Noyama, professor Sérgio
79 Dantas, professor Marcelo Marchine e professora Sônia Tramuja Vasconcelos. O
80 pró-reitor de Pesquisa e pós-graduação, professor Frank Mezzomo, não apresentou
81 indicações, mas manifestou-se que entende que a Câmara de Pós-graduação deve
82 ser composta por pessoas afins à pós-graduação e que contemple as diferentes
83 áreas do conhecimento. O conselheiro Felipe Ribeiro sugeriu que as candidaturas
84 fossem individuais. O conselheiro Renan Bandeirante entende que a apresentação
85 da chapa “fechada” é uma interferência direta da gestão, momento que o
86 conselheiro Mário Athayde esclareceu que a intenção não foi criar conflitos, mas tão
87 somente uma sugestão de nomes sem prejuízo à soberania do conselho. O pró-
88 reitor falou também que a sugestão de nomes não se trata de uma “medida
89 autoritária”, uma vez que o espírito é de debates de idéias e da construção coletiva.
90 O conselheiro Renan Bandeirante registrou que o COU tem um papel soberano e é
91 o local onde se discute as políticas da universidade. A conselheira Sônia
92 Vasconcelos sugeriu a inscrição individual dos candidatos para todas as Câmaras.
93 O presidente do conselho esclareceu que as indicações de conselheiros ausentes
94 também é possível. O pró-reitor Mário Athayde esclareceu que apresentou nomes
95 individuais e não uma “chapa fechada”. Em seguida, o presidente do conselho
96 perguntou se mais alguém gostaria de se inscrever para compor a Câmara de
97 Ensino. O conselheiro Renan Bandeirante solicitou sua inscrição. Para a Câmara de
98 Pesquisa e pós-graduação inscreveram-se os professores Armindo Longhi, Eduardo
99 Tulio Baggio, Ana Paula Colavite, o Tenente Coronel Mauro Celso Monteiro e o pró-
100 reitor Frank Mezzomo. Para a Câmara de Extensão inscreveram-se: professora
101 Solange Gomes, estudante Janaina Michels, pró-reitora Giselle Schnorr e os

102 professores Walmir Salinas e Elias Brandão. Para a Câmara Administrativa
103 inscreveram-se o pró-reitor Flávio Brandão, as professoras Jackeline Veneza,
104 Simone Sartori Jabur, Mônica Herek e o diretor do campus de União da Vitória
105 Valderlei Garcias Sanches. O conselheiro Renan Bandeirante registrou que não vê a
106 sua candidatura como uma disputa, enquanto o pró-reitor Mário Athayde reafirmou
107 que o intuito da articulação prévia foi a de contemplar todas as áreas do
108 conhecimento e dos diferentes *campi*. Neste momento, o presidente do conselho
109 abriu a palavra aos candidatos que desejarem fazer sua defesa. O conselheiro
110 Marcelo Marchine apresentou-se e falou sobre a sua especialização na área da
111 educação. A conselheira Sônia Vasconcelos explanou sobre sua trajetória
112 profissional com foco na educação. O conselheiro Renan Bandeirante falou sobre
113 sua vida acadêmica sempre voltada para a educação básica e áreas de ensino e
114 educação. O pró-reitoria Giselle Schnorr defendeu o nome dos professores Samon
115 Noyama e Sérgio Dantas como candidatos (ausentes) à Câmara de Ensino,
116 lembrando a excelente atuação do professor Samon na coordenação do mestrado
117 em Filosofia no *campus* de União da Vitória. A pró-reitora falou também sobre a
118 trajetória e história do professor Sérgio Dantas na educação matemática, além do
119 que ele é coordenador de um dos maiores projetos na Unespar. Para a Câmara de
120 Ensino foi decidido que haverá uma votação por cédulas e que os conselheiros
121 podem votar de um a cinco nomes. Após a votação, o presidente da mesa abriu um
122 intervalo de 10 (dez) minutos para apuração dos votos. Após o intervalo, a sessão
123 foi retomada com a divulgação do resultado da eleição para a composição da
124 Câmara de Ensino. Para as demais Câmaras, os nomes foram aclamados pelo
125 conselho e, sem mais manifestações, o resultado da composição das câmaras foi
126 aprovado, sem abstenções. O quórum oficial foi de 43 votantes e não houve
127 abstenção. **Item 5. Deliberação sobre suspensão do Calendário Acadêmico**
128 **2016.** O relato foi feito pelo pró-reitor de Ensino de Graduação, professor Mário
129 Cândido de Athayde Junior, que falou sobre a necessidade da PROGRAD dar um
130 aceno sobre a reposição das aulas no intuito de garantia da totalidade do conteúdo
131 aos estudantes. A deliberação sobre a suspensão do calendário deveria ser feita no
132 CEPE, porém não houve tempo hábil para tal e então o assunto foi colocado na
133 pauta do COU, que é o conselho soberano da Unespar. O pró-reitor lembrou
134 também da situação do *campus* de Paranaguá, que possui calendário próprio. A
135 conselheira Ana Paula Colavite defende a suspensão do calendário e a não votação
136 de um novo calendário diante da situação da ocupação e da greve de professores e

137 agentes. O conselheiro Valdir Anhucci também defende a suspensão do calendário,
138 com efeito retroativo, para garantir o direito dos estudantes e repreende qualquer
139 atitude de constrangimento dos estudantes por parte de alguns professores. O
140 conselheiro Valdir rechaçou, ainda, o posicionamento agressivo de críticas ao
141 movimento, que visa a garantia dos direitos de todos. O presidente do conselho
142 lembrou que, na deliberação, deve se levar em consideração o período de férias dos
143 docentes. A conselheira Sônia Vasconcelos informou que não existe hoje uma
144 coesão da comunidade acadêmica sobre o calendário, uma vez que não houve
145 discussão no *campus* Curitiba II por conta da greve e da ocupação. O conselheiro
146 Elson Alves de Lima informou que Apucarana já retornou às aulas e que o
147 movimento paredista levou em torno de 15 dias e que concorda com a suspensão do
148 calendário para ter uma segurança jurídica para todos. O conselheiro falou também
149 sobre os colegas que “furaram” a greve e que conspiraram contra o movimento,
150 desrespeitando o movimento sindical e dos estudantes. Sugere, o conselheiro, que
151 seja emitida uma moção de apoio dos movimentos paredistas e de repúdio às
152 agressões sofridas pelo movimento e, ainda, que seja convocada uma sessão
153 extraordinária do CEPE para aprovação do calendário. O professor Felipe Ribeiro
154 fez uma leitura da mensagem dos estudantes do movimento do *campus* Curitiba I. O
155 conselheiro sugeriu que o novo calendário fosse o mais próximo possível do
156 calendário oficial. O pró-reitor Mário Athayde informou que a decisão sobre o
157 calendário precisa ser pontualmente indicada em seus prazos como por exemplo, a
158 vida funcional dos docentes a ser administrada pela PROGESP, pois corre-se o
159 risco de fragmentar alguns procedimentos, como editais, que teriam implicações
160 diretas na universidade. O presidente do conselho esclareceu que, na leitura do
161 texto feita pelo conselheiro Felipe Ribeiro, que a reitoria não foi convidada para
162 reunião à qual o estudante se referiu. O conselheiro Elias Brandão falou sobre a
163 análise que fez das 3 propostas de calendários e entende que a melhor proposta é a
164 terceira para que todos os *campi* possam iniciar o ano letivo juntos ou o mais
165 próximo possível. Falou também sobre o movimento paredista, que luta por todos e
166 que, infelizmente, alguns colegas “furam a greve, esquecendo-se que, futuramente,
167 serão beneficiados por conta da luta de alguns. O conselheiro Éder Rogério Stela
168 não tem certeza se a suspensão do calendário pode ser aferido por movimento
169 diferente aos dias parados. O presidente da mesa solicitou que a suspensão seja
170 feita de acordo com os dias parados. O conselheiro Marcelo Marchine perguntou se
171 é possível existir calendários diferentes por *campus*, diante das datas limites

172 propostas pela PROGRAD? Perguntou também se será possível manter as férias
173 docentes? O pró-reitor Mário Athayde informou que o Diretor de Registros
174 Acadêmicos, agente universitário Ângelo Marcotti fará este esclarecimento em sua
175 fala. A conselheira Sandra da Silva falou sobre a saída da greve de toda a categoria
176 agente e docente, porém ainda resta o movimento de ocupação e que entende que
177 o novo calendário acadêmico deva respeitar todas as categorias, pois muitos
178 agentes não conseguem tirar férias em janeiro, por exemplo, por conta da grande
179 demanda de trabalho e da escassez de agentes. A conselheira Mônica Herek
180 entende que as três propostas de calendários não atendem às demandas e não se
181 sente segura em votar em nenhuma delas, lembrando que greve anterior não foi
182 votado novo calendário após a suspensão do calendário antigo. O conselheiro
183 Armindo Longhi entende que a suspensão do calendário deve ser de maneira geral.
184 Em seguida, o Diretor de Registros Acadêmicos Ângelo Marcoti falou sobre o
185 processo de elaboração dos diferentes cenários a ser levados em consideração para
186 elaboração dos calendários e apresentou uma planilha com dados sobre o
187 movimento grevista, movimentos estudantis de ocupação e questões administrativas.
188 O conselheiro Elson Alves de Lima informou que também foram discutidas 3
189 propostas no *campus* de Apucarana e que não sente-se à vontade para aprovar
190 nenhum dos 3 calendários, ratificando sua sugestão de suspender o calendário
191 retroativamente. O conselheiro propôs que seja haja discussão nos *campi* os novos
192 calendário e que haja posterior aprovação em sessão extraordinária do CEPE. O
193 pró-reitor Sydnei Kempa concordou com a professora e esclareceu que a PROGESP
194 precisa informar aos docentes sobre suas férias até o dia 23 deste mês. Sem mais
195 manifestações, o presidente encaminhou a votação, esclarecendo que a primeira
196 votação será sobre a suspensão ou não do calendário. Em votação, a proposta de
197 suspender o calendário foi aprovada por unanimidade. A segunda votação será
198 sobre o período de suspensão (17/10 até 5/11 em Apucarana e demais *campi* do dia
199 17/10 até dia 08/11). A proposta foi suspender o calendário pelo período da greve.
200 Sem mais manifestações e, em votação, a proposta foi aprovada com duas
201 abstenções. Neste momento, o reitor falou sobre o posicionamento da reitoria, que
202 reconhece o movimento estudantil como um movimento social que contesta políticas.
203 A reitoria rechaça as manifestações públicas que criminalizam ou discriminam ou,
204 ainda, tentam desqualificar as pessoas em detrimento das ideias. A reitoria tem
205 acompanhado as colocações de algumas pessoas e foram tomadas medidas
206 administrativas para investigação sobre atitudes de constrangimento a alguns

207 estudantes por professores. A reitoria reconhece, ainda, que todas essas
208 manifestações tem auxiliado na defesa da universidade pública e pediu registro de
209 que o Secretário tem auxiliado a recomposição da fonte 100 até o final do ano. O
210 presidente pediu registro em ata do auxílio recebido pelo pró-reitor Rogério Ribeiro
211 que orienta o reitor e o acompanha nas reuniões de negociação com o governo.
212 Informou, também, aos diretores, que a reitoria só pedirá reintegração de posse dos
213 *campi* somente após deliberação dos conselhos de *campus*. O presidente pediu,
214 ainda, que os diretores negociem com os estudantes pela desocupação dos *campi*.
215 Além do reconhecimento sobre a legitimidade dos movimentos, o presidente do
216 COU relatou a dificuldade dos gestores que negam o movimento e que se recusam
217 a convocar assembleia para deliberar sobre a continuidade da ocupação. Relatou
218 também sobre a conversa da reitoria com estudantes do *campus* de Paranaguá e
219 que foi marcada reunião dos mesmos com o Secretário na semana que vem. Para
220 finalizar, o presidente lembrou que servidores, professores e agentes, tem
221 responsabilidade com os estudantes, seja para operar positiva ou negativamente e
222 que lamenta as atitudes de constrangimento por parte de docentes com práticas
223 languageiras inadequadas nas redes sociais. Neste momento foi feita uma pausa
224 para almoço, com retorno previsto às 14:30. Após o almoço, o retorno da sessão foi
225 às 14:50, com deliberação do **item 8. Definição do vínculo acadêmico da APMG.**
226 O relato foi feito pelo pró-reitor Mário Athayde, que demonstrou a legalidade do
227 vínculo nas disposições regimentais da Unespar e na Lei de criação da Unespar. Em
228 discussão, o conselheiro Éder Rogério Stela questionou sobre a autonomia didática
229 prevista no artigo 4º e que confronta com a disposição de que os cursos deverão ser
230 homologados nos Conselhos Superiores. O pró-reitor Mário Athayde explicou que
231 não é contraditório porque os cursos serão apenas homologados pelos Conselhos
232 Superiores, o que respaldará por meio de um ato os cursos da APMG. O conselheiro
233 Felipe Ribeiro analisou a documentação e entende que o item é um dos mais
234 complexos da pauta porque não é fácil de se entender. O conselheiro relatou que fez
235 uma visita ao Conselho Estadual de Educação em busca de esclarecimentos sobre
236 essa questão e sobre como fica a questão do vestibular, pois tem característica civis
237 e o outro (vestibular) militar? O conselheiro Felipe Ribeiro questionou a legalidade
238 do vínculo entre APMG e Unespar e sugeriu a formação de um grupo de trabalho
239 que se comunique com o Conselho Estadual de Educação sobre este tema. O pró-
240 reitor Mário Athayde grifou que todos os assuntos deliberados na universidade são
241 feitos dentro dos princípios da legalidade e autonomia e que o Conselho

242 Universitário é soberano para decidir questões internas da Universidade. O
243 conselheiro Eduardo Tulio Baggio manifestou-se para discordar do pró-reitor Mário
244 Athayde quanto à consulta feita pelo professor Felipe Ribeiro ao Conselho Estadual
245 de Educação e questionou o disposto na letra "d" do parecer da PROGRAD sobre
246 como se dará a participação da Academia da Polícia Militar do Guatupê nas
247 atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão. O pró-reitor de Planejamento,
248 professor Flávio Brandão, entende que é preciso fazer alguns exercícios para
249 atender ao exigido pelo Conselho de Educação e que não se posiciona
250 contrariamente à consulta ao referido órgão, porém entende que, para deliberação
251 no COU, seria necessário um parecer formal do CEE e não somente a leitura de
252 questionamentos que permaneceram na oralidade. O pró-reitor Flávio Brandão,
253 nesse momento, questionou a afirmação do professor Felipe Ribeiro quanto a
254 ilegalidade do assento de membro representante da APMG no Conselho de Ensino,
255 Pesquisa e Extensão e solicitou que fosse exposto na reunião qual a base legal
256 dessa afirmação. O conselheiro Marco Aurélio Koentopp concordou com o pró-reitor
257 Flávio Brandão sobre a importância de um parecer do CEE por escrito, uma vez que
258 não existe parecer na forma oral, bem como confirmou a clareza no entendimentos
259 sobre o que é o “vínculo acadêmico” entre a Unespar e a APMG. O pró-reitor de
260 Pesquisa e pós-graduação, professor Frank Mezzomo, retomou alguns elementos
261 bem pontuais da discussão em tela. Segundo o pró-reitor, *“não está sendo discutido
262 se a universidade gosta ou não da Polícia Militar. A vinculação acadêmica é prevista
263 em lei e, ainda, a APMG ficará vinculada aos Conselhos superiores da universidade
264 diante da necessidade de chancela da Unespar para emissão de atos de
265 certificação.”* Neste momento, o presidente do conselho fez alguns esclarecimentos
266 à conselheira discente, Janaína Michels, sobre a previsão de conselheiros
267 representantes da APMG no CEPE e no COU. A conselheira Mônica Herek
268 manifestou-se sobre um desconforto mútuo na vinculação entre Unespar e APMG e
269 questionou os demais vínculos da Unespar com a APMG, como por exemplo, a
270 questão de eleição para reitor. A conselheira perguntou se os membros da APMG
271 poderão candidatar-se a reitor e quem arcará com os custos de emissão de
272 diplomas, por exemplo. O conselheiro Valdir Anhucco questionou sobre como foi
273 feito, à época, o debate de inclusão da APMG na Unespar. O conselheiro Renan
274 Bandeirante esclareceu ao professor Valdir Anhucci que, à época, o conselho *“pro-*
275 *tempore”* estava vulnerável diante da proposta de não haver impedimentos para a
276 criação da Unespar e que entende ser duas instituições sociais com naturezas

277 distintas, além do que o debate com a APMG deva ser exaustivo e maduro. A
278 conselheira Débora Bruel reiterou as falas dos conselheiros Renan Bandeirante e
279 Mônica Herek, afirmando que não sente-se devidamente esclarecida sobre o
280 assunto, diante de alguns questionamentos como: *“Na prática, o que se definiria
281 como vínculo acadêmico? Como validar cursos de naturezas distintas da natureza
282 da Unespar? Qual a realidade de outras instituições similares?”*. A conselheira
283 JackelyneVeneza manifestou-se acerca da conversa dos professores Karina
284 Weidle e Felipe Ribeiro com o CEE, pois entende que a intenção do debate é
285 esclarecer a todos sobre o que realmente significa “vínculo acadêmico”. O
286 conselheiro Felipe Ribeiro complementou que a questão legislativa foi
287 fundamentada na LDB e que o termo “vínculo acadêmico” ficou muito amplo. O
288 conselheiro Elias Brandão manifestou-se sobre a letra “c” do parecer, que trata da
289 emissão dos diplomas, pois não sentiu-se devidamente esclarecido sobre o tema.
290 Neste momento, o Tenente Coronel Mauro Celso Monteiro solicitou o uso da palavra,
291 para manifestar-se sobre acreditar que a sociedade não compreende a instituição
292 APMG diante da falta de um conhecimento profundo e que o debate é difícil, uma
293 vez que existe uma linha tênue entre as atividades desempenhadas pelo policial
294 militar. O Tenente Coronel pediu que a corporação não seja vista ou julgada por
295 meio de fatos isolados que a possam desabonar e lembrou que a recomendação do
296 vínculo da APMG com a Unespar foi do próprio CEE. O conselheiro Monteiro
297 informou que a APMG tem vários professores civis e que muitos são convidados
298 para ministrar cursos na escola e que a integração e vinculação será de contribuição
299 recíproca entre a Unespar e a Academia. Quanto aos cursos ofertados pela APMG,
300 o conselheiro Mauro Monteiro explicou que os cursos militares tem normas próprias
301 que não passarão pela Unespar e que os cursos de pós-graduação terão trâmite por
302 meio da homologação dos mesmos pelos conselhos superiores da Unespar. *“A
303 autonomia da APMG refere-se ao ensino de formação militar”*, afirmou o Tenente
304 Coronel. Quanto à fala da professora Mônica Herek, falou que não se sente
305 desconfortável em vincular-se à Unespar, uma vez que tal relação com a
306 universidade é uma honra para a APMG. O presidente do conselho falou sobre a
307 necessidade da celeridade na tramitação dos processos dentro da Unespar, caso
308 contrário a Universidade fica “engessada”. Quanto à discussão sobre o “vínculo
309 acadêmico” com a APMG, entendeu que a academia já é Unespar e que a Unespar
310 tem muito mais a ganhar com a vinculação com a academia do Guatupê do que o
311 inverso. O presidente falou também sobre a necessária luta para manter a

312 universidade unida e o combate aos que querem desfragmentar a Unespar. Nesse
313 momento, foi concedido intervalo de 10 minutos. Após o intervalo, o presidente do
314 conselho perguntou se há proposta de emenda pelos conselheiros. O conselheiro
315 Eduardo Baggio solicitou que seja corrigido o disposto no artigo 4º e o Tenente
316 Coronel Monteiro pediu correção no inciso I do artigo 2º, para que seja retirado o
317 termo "geral" após os termos "comandante" e "subcomandante". Além disso,
318 solicitou que onde consta "academia" passe a constar a sigla "APMG". Sem mais
319 manifestações e, em votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 20 votos a
320 favor, 10 contra e 12 abstenções. **Item 7. Manifestação do Conselho Universitário
321 sobre preenchimento de vagas remanescentes nos Conselhos Superiores -
322 CEPE e COU.** O conselheiro Walmir Salinas manifestou apoio à eleição para
323 preenchimento das vagas, apoiado também pelo conselheiro Éder Rogério Stela.
324 Sem mais manifestações, o conselho se posicionou favorável à realização de novas
325 eleições para vagas remanescentes. **Item 6. Homologação do resultado da
326 Consulta Acadêmica visando a escolha do reitor e vice reitor da Unespar.** A
327 conselheira Sônia Tramujas Vasconcelos pediu esclarecimento sobre a votação
328 pelos soldados da Academia Policial Militar do Guatupê e foi esclarecida que a
329 votação está disposta na Resolução 004/2016 – COU/UNESPAR, que aprovou o
330 Regulamento da eleição e que foi publicada no Diário Oficial. O conselheiro Valdir
331 Anhucci questionou sobre a apresentação de nomes numa lista tríplice, ao que foi
332 esclarecido de que todo o processo de homologação foi de acordo com orientação
333 da Secretaria de Ciência e Tecnologia, por meio de Decreto Estadual. Sem mais
334 manifestações e, em votação, o processo foi homologado por unanimidade. **Item 9.
335 Deliberação/aprovação da Programação Orçamentária 2017 da Unespar.** O
336 relato foi feito pelo pró-reitor Flávio Brandão. Neste momento a presidência da mesa
337 foi passada ao vice-reitor, Professor Antônio Rodrigues Varela Neto. Após a
338 apresentação pelo pró-reitor de Planejamento, a conselheira Mônica Herek falou
339 sobre a composição de 25% (vinte e cinco por cento) do COU ser de funções
340 executivas e que conselho tem o dever de fiscalizar e aprovar os gastos da
341 universidade. A seguir, a mesma conselheira fez os seguintes questionamentos: “a
342 *Fonte 284 refere-se a quais fundações? Como são formados os dados apresentados
343 ao COU?*”. A conselheira questionou a evolução do que foi planejado e executado
344 no ano passado e nos anos anteriores. O conselheiro Valdir Anhucci manifestou
345 preocupação em como funcionará a Unespar nas condições apresentadas. O
346 conselheiro Eduardo Baggio solicitou que o resumo apresentado seja enviado

347 anteriormente aos conselheiros, para apreciação prévia. Além da solicitação do
348 envio, o conselheiro questionou o motivo da locação de mão de obra estar sendo
349 transferido para reitoria e afirmou que acredita que possa ser bom, porém estará
350 diante da realidade do que acontece no *campus* diariamente. O conselheiro Éder
351 Rogério Stela falou sobre as reuniões do CAD durante o ano e que, por várias vezes,
352 falou em suspender as atividades no *campus* e, ainda, entende que não há muito o
353 que fazer diante da situação da universidade e que a centralização de algumas
354 despesas pode facilitar a contratação. Os questionamentos supra descritos foram
355 esclarecidos pelos pró-reitores Flávio Brandão e Rogério Ribeiro. Sem mais
356 manifestações, a proposta foi aprovada por unanimidade. **10.**
357 **Deliberação/aprovação do Plano Anual de Atividades da Unespar para 2017.** O
358 relato foi feito pró-reitor Flávio Brandão. Sem manifestações e, em votação, o plano
359 de atividades foi aprovado por unanimidade. **Item 11. Posicionamento do**
360 **Conselho Universitário sobre a condução do processo estatuinte.** A conselheira
361 Jackelyne Veneza manifestou-se sobre a preocupação de que no próximo ano
362 haverá a continuidade da reestruturação dos cursos. O conselheiro Elson falou
363 sobre a experiência da PROGRAD com o trabalho de reestruturação dos cursos
364 como método e propõe que seja feito um calendário para plenárias e seja
365 disponibilizado no site um link para consulta pública. O pró-reitor Flávio Brandão
366 entendeu que a discussão deve ser levada em consideração, inclusive, o processo
367 de credenciamento da universidade. O conselheiro Renan Bandeirante
368 manifestou-se preocupado em como conduzir o debate e sugeriu o aproveitamento
369 dos órgãos já existentes nos *campi*. Entendeu, também, que não precisam ser
370 criadas novas estruturas, caso contrário o trabalho ficará burocratizado, mas
371 aperfeiçoa a função dos conselhos de *campus*. O conselheiro Walmir Salinas
372 entendeu que neste ano ainda dará tempo de iniciar o debate nos *campi*. O pró-
373 reitor Sydney Kempa entendeu que a primeira instância a catalisar as informações
374 são os Centros de Área. O conselheiro Éder Rogério Stela ratificou a proposta do
375 pró-reitor Sydney e lembrou que o processo todo vai além da estatuinte, pois existem
376 outros documentos que precisam ser revisados. O presidente do conselho lembrou
377 que deverá existir um regulamento mínimo para o funcionamento do processo
378 estatuinte. Sem mais manifestações, passou-se ao próximo ítem de pauta. **Item 12.**
379 **Aprovação calendário institucional (reuniões do COU).** O pró-reitor Flávio
380 Brandão sugeriu que a data do último COU seja em dezembro por conta da
381 elaboração dos documentos que serão entregues ao CEE. As duas primeiras datas

382 sugeridas foram aprovadas pelo conselho. A proposta de data da última reunião é
383 dias 13 e 14/12, que foram aprovadas. Para finalizar, a professora Ana Paula
384 Colavite fez a leitura da moção de apoio ao movimento estudantil, que repudia as
385 perseguições ocorridas no campus e divulgadas, inclusive, nas mídias sociais. O
386 conselheiro Renan Bandeirante sugeriu uma redação mais concisa, que foi refeita e
387 repassada à mesa do conselho. Sem mais manifestações, nada mais a ser discutido
388 ou a registrar, o presidente do conselho encerrou a sessão às 20:30 horas e eu,
389 Luciane Jost Lemos do Prado, Assessora dos Conselhos Superiores, lavro a
390 seguinte ata que segue assinada por mim, prlo presidente do conselho, magnífico
391 reitor professor Antonio Carlos Aleixo e segue acompanhada da lista de presença
392 dos conselheiros.